



2º Simulado Especial

TRT PE

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - OFICIAL
DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL - PÓS-EDITAL

Simulado

2º Simulado Especial TRT-PE (AJAJ - Oficial de Justiça Avaliador Federal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal do TRT-PE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Wv5T2MMaHTcoJsAz5>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO****UNICEF: QUEDA DE RENDA E ACESSO À EDUCAÇÃO NA PANDEMIA PREJUDICA NUTRIÇÃO E APRENDIZADO DE CRIANÇAS E JOVENS**

Uma nova pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) chama a atenção para as desigualdades de renda, educação e nutrição agravadas pela crise sanitária da Covid-19. De novembro do ano passado a maio deste ano, cresceu o percentual de famílias brasileiras de baixa renda que viram seu rendimento minguar mais durante a pandemia, principalmente entre as que vivem com até um salário-mínimo. São essas mesmas famílias as que mais sofrem com a insegurança alimentar: em 17% dos lares alguém deixou de comer em algum momento por falta de dinheiro — o impacto sobe para 33% entre as classes D e E.

Esse cenário, alertam representantes do Unicef, prejudica o aprendizado escolar e a nutrição entre os jovens mais vulneráveis, favorecendo ainda o aparecimento de doenças como a obesidade na idade adulta. Segundo o estudo, metade das famílias que moram com crianças e adolescentes que estudam em escolas públicas relatou ter recebido alimentação da escola durante o período de fechamento, mostrando o impacto das escolas para além do currículo escolar.

De modo geral, as famílias estão mais abertas à volta às aulas presenciais, acrescenta o relatório. Em julho de 2020, em plena pandemia, 82% dos entrevistados eram a favor do fechamento das escolas para ajudar a conter as infecções por Covid. Com o passar dos meses, essa percepção foi mudando e, em novembro, eram 71% das famílias; em maio, o índice caiu para 59%. Quatro em cada dez famílias afirmam que as escolas já retomaram parcialmente as atividades presenciais. Entre os que têm filhos em escolas que já reabriram, quase metade (48%) enviou a criança ou adolescente de volta às aulas presenciais.

Os dados fazem parte da terceira etapa da pesquisa "Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em

Crianças e Adolescentes", realizada pelo Ipec para o Unicef de 10 a 25 de maio deste ano com 1.516 entrevistas. As rodadas anteriores foram realizadas em julho e em novembro do ano passado.

Entre novembro do ano passado e maio de 2021, aumentou de 69% para 80% o percentual de famílias com até um salário mínimo que disseram que sua renda diminuiu desde o início da pandemia. Em comparação, entre as famílias com renda de mais de dez salários mínimos, o percentual que viu a renda diminuir permaneceu estável.

As desigualdades também se acirraram no âmbito escolar. A pesquisa mostra que 93% das escolas mantiveram atividades remotas. O WhatsApp foi o principal canal de acesso dos estudantes às atividades (71%), seguido pela distribuição de material impresso (69%). Entre as famílias mais pobres, o celular é o principal dispositivo utilizado. Nas famílias com renda de até um salário mínimo, 65% dos estudantes usam apenas o celular para as atividades escolares, e 29% dependem do celular de outro membro da família.

Os hábitos alimentares mudaram com o agravamento da renda e o menor acesso às escolas na pandemia. Segundo a pesquisa, 41% das famílias passaram a consumir menos alimentos como frutas, verduras e outros não industrializados. Além disso, desde o início da pandemia, a insegurança alimentar segue sendo motivo de alerta. Entre as famílias de classe D e E, 33% disseram que deixaram de comer em algum momento devido à falta de dinheiro para comprar comida.

Bauer lembra da importância da segurança alimentar e de uma alimentação adequada para crianças e adolescentes, o que pode ter impacto no desenvolvimento e na saúde de pessoas dessa faixa etária.

(Elisa Martins. O Globo. Adaptado)

01. O objetivo principal do texto é:

- a) Apontar a desigualdade como a causa da insegurança alimentar.
- b) Informar acerca do impacto da pandemia sobre a nutrição e o aprendizado de crianças e adolescentes.
- c) Defender a educação como meio de acesso a uma alimentação balanceada.
- d) Corroborar a relação entre saúde e educação.
- e) Opinar sobre os prejuízos advindos do ensino remoto e do fechamento de escolas durante a pandemia.

02. Com base no texto, pode-se afirmar que:

- a) O acesso à escola impactou os hábitos alimentares.
- b) A crise sanitária da Covid-19 impactou a educação apenas de famílias de baixa renda.
- c) A crise resultante da pandemia foi democrática, uma vez que atingiu a todos.
- d) A maioria da população sempre foi contra o fechamento de escolas durante a pandemia.
- e) O prejuízo do fechamento das escolas incidiu apenas sobre a curva de aprendizagem.

03. Assinale a alternativa em que o verbo destacado não exige qualquer tipo de complemento:

- a) "São essas mesmas famílias as que mais sofrem com a insegurança alimentar...".
- b) "...quase metade (48%) enviou a criança...".
- c) "A pesquisa mostra que 93% das escolas mantiveram atividades remotas".
- d) "De novembro do ano passado a maio deste ano, cresceu o percentual de famílias brasileiras de baixa renda...".
- e) "...29% dependem do celular de outro membro da família".

04. Assinale a alternativa em que o segmento sublinhado funciona como adjetivo:

- a) "...alguém deixou de comer em algum momento por falta de dinheiro." (1º parágrafo)
- b) "...disseram que sua renda diminuiu desde o início da pandemia." (5º parágrafo)
- c) "Os hábitos alimentares mudaram com o agravamento da renda." (7º parágrafo)
- d) "As desigualdades também se acirraram no âmbito escolar" (6º parágrafo)
- e) "... chama a atenção para as desigualdades de renda, educação e nutrição agravadas pela crise sanitária da Covid-19" (1º parágrafo).

05. Em "Quatro em cada dez famílias afirmam que as escolas já retomaram parcialmente as atividades presenciais." (3º parágrafo), os termos em destaque expressam respectivamente:

- a) modo e dúvida
- b) afirmação e meio
- c) tempo e modo
- d) modo e intensidade
- e) tempo e negação

06. Acerca da organização sintática do texto, assinale a alternativa correta.

- a) O trecho destacado em "realizada pelo Ipec para o Unicef de 10 a 25 de maio deste ano com 1.516 entrevistas" (4º parágrafo) exerce a função de agente da passiva.
- b) O verbo destacado em "93% das escolas mantiveram atividades remotas" (6º parágrafo) poderia ser corretamente conjugado no singular.
- c) O vocábulo em destaque em "o percentual que viu a renda diminuir permanece estável" (5º parágrafo) é uma conjunção integrante.
- d) O trecho destacado em "seguido pela distribuição de material impresso" (6º parágrafo) funciona como um adjunto adnominal de distribuição.
- e) O termo destacado em "Uma nova pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) chama a atenção" (1º parágrafo) pode ser classificado como sujeito composto.

07. Está correta e coerente a redação do seguinte comentário:

- a) Todos estavam convictos que a crise logo passaria.
- b) Nas últimas semanas, autoridades avisaram a população que o isolamento social continuaria.
- c) Aqueles responsáveis confiaram da proteção que a escola oferecia.
- d) Famílias foram à Justiça pedir a abertura de escolas.
- e) Entre os alunos, todos discordavam com o posicionamento da direção.

08. Em "A flor não parecia feliz", identifica-se de forma mais evidente a seguinte figura de linguagem:

- a) metáfora
- b) onomatopeia
- c) comparação
- d) prosopopeia
- e) sinestesia

09. Com base no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, cuja terceira edição foi publicada em 2018, aplicado à Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O vocativo utilizado para o Presidente da República é "Excelentíssimo Senhor Presidente da República".
- b) No padrão ofício, o cabeçalho deve ser utilizado em todas as páginas do documento, centralizado na área determinada pela formatação.
- c) Na grafia de datas em um documento, deve constar o nome da cidade onde foi expedido o documento seguido da unidade da federação.
- d) No endereçamento de documentos enviados ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, o tratamento adequado é "A Vossa Excelência o Senhor".
- e) De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, a moralidade é um dos atributos da Redação Oficial.

10. Assinale a alternativa que apresenta, primeiramente, o atributo que possibilita a imediata compreensão do texto; depois, aquele que se refere à isenção de interferência de individualidades.

- a) Objetividade e impessoalidade
- b) Clareza e impessoalidade
- c) Concisão e coesão/coerência
- d) Clareza e objetividade
- e) Coesão e coerência

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO*Carlos Henrique*

A tabela identifica a distribuição do número de colaboradores de uma instituição pelos respectivos salários que recebem:

DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES PELOS SEUS RESPECTIVOS SALÁRIOS

SALÁRIO RECEBIDO	NÚMERO DE COLABORADORES
R\$ 3.600,00	20
R\$ 4.200,00	15
R\$ 5.000,00	10
R\$ 6.000,00	5

11. Dentre os colaboradores que recebem mais de R\$ 4.000,00, qual o percentual dos que recebem menos de R\$ 5.000,00.

- a) 70%
- b) 50%
- c) 90%
- d) 30%
- e) 40%

12. Sabendo-se que no próximo mês está previsto um aumento de 20% em todos os salários pagos, e que não haverá admissão de novos colaboradores, tampouco, demissão, assinale a alternativa que contém a soma da média aritmética simples, da mediana e da moda dos salários que essa instituição pagará aos seus colaboradores, após o aumento previsto:

- a) R\$ 14.520,00
- b) R\$ 14.400,00
- c) R\$ 14.360,00
- d) R\$ 14.240,00
- e) R\$ 14.000,00

13. As idades de Arnaldo, Beto, Carlos, Dorival e Emílio somadas dão 216 anos. Sabe-se que:

- Dorival tem 2 anos a mais que Emílio;
- Emílio tem 3 anos a menos que Beto;
- Carlos tem 5 anos a mais que Dorival;
- a média aritmética das idades de Arnaldo e Danilo é a idade de Beto.

Entre os 5 homens citados, aquele tem 43 anos é:

- a) Arnaldo
- b) Beto
- c) Carlos
- d) Dorival
- e) Emílio

14. Se minha casa não é azul, então o meu gato mia. Se minha casa é azul, então João não é feliz. Ora, João é feliz. Logo:

- a) a minha casa é azul e o meu gato não mia
- b) a minha casa não é azul e o meu gato mia
- c) a minha casa é azul e o meu gato mia
- d) a minha casa não é azul e o meu gato não mia
- e) se João é feliz, então o meu gato não mia

15. Rogério afirmou que todos os romances de lá guardados numa gaveta são coloridos e nenhum deles foi usado. Mais tarde, ele percebeu que havia se enganado em relação à sua afirmação, o que permite concluir que

- a) pelo menos um romance de lá da gaveta não é colorido ou algum deles foi usado.
- b) pelo menos um romance de lá da gaveta não é colorido ou todos eles foram usados.
- c) os romances de lá da gaveta não são coloridos e já foram usados.
- d) os romances de lá da gaveta não são coloridos e algum deles já foi usado.
- e) existem romances de lá brancos na gaveta e eles já foram usados.

LEGISLAÇÃO*Tiago Zanolla*

16. Durante uma reunião administrativa no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, os servidores estavam discutindo a composição das Turmas e Seções Especializadas. O tema era sobre o funcionamento do Tribunal e sua composição. Com base no Regimento Interno do TRT da 6ª Região, assinale a opção correta.

- a) O Tribunal Pleno é composto apenas pelos(as) Desembargadores(as) Presidentes de cada Turma, que deliberam sobre questões administrativas e processuais.
- b) As Turmas são compostas por 04 (quatro) Desembargadores(as) do Trabalho, e qualquer Desembargador(a) pode pleitear remoção de uma Turma para outra em caso de vacância ou permuta, mediante aprovação do Tribunal Pleno.
- c) O critério de antiguidade é sempre determinante na composição de novas Turmas, sem possibilidade de manifestação contrária do(a) Desembargador(a) mais antigo.
- d) Nas Turmas, é exigida a presença de, pelo menos, metade dos seus membros para que possam funcionar validamente.
- e) O(a) Desembargador(a) nomeado(a) ou promovido(a) ocupará a vaga na Turma onde foi aberta, salvo se houver opção de outro(a) Desembargador(a) por merecimento.

17. Considerando o Regimento Interno do TRT-6, analise:

- I - ações rescisórias dos acórdãos turmários, bem como das sentenças proferidas pelos Juízes do Trabalho ou Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista;
- II - conflito de competência entre as Varas do Trabalho, entre estas e Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista;;

III – as arguições de suspeição e impedimento suscitadas contra Juízes do 1º Grau;

IV – habeas corpus, em face de atos praticados por Juízes do Trabalho do primeiro grau e dos Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista;

V – habeas data, em face de atos praticados por Juízes do Trabalho do primeiro grau e dos Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista.

Compete à 2ª Seção Especializada processar e julgar:

- a) Apenas I, III e V
- b) Apenas II e IV
- c) Apenas I, II e III
- d) Apenas III, IV e V
- e) Todas as opções.

18. Com base no Art. 1º do Código de Ética do TRT da 6ª Região, assinale a alternativa **correta** sobre a aplicabilidade do Código:

- a) O Código de Ética aplica-se exclusivamente aos servidores efetivos do quadro de pessoal do TRT da 6ª Região.
- b) Apenas os servidores efetivos e os ocupantes de cargo em comissão estão sujeitos às normas do Código de Ética.
- c) Estagiários(as) em atividade no TRT da 6ª Região não estão sujeitos ao Código de Ética, pois sua vinculação é temporária.
- d) Os(as) profissionais de empresas contratadas e prestadores(as) de serviço estão sujeitos ao Código de Ética, conforme previsto nos editais e contratos celebrados.
- e) O Código de Ética não se aplica aos servidores oriundos de outros órgãos da Administração Pública em exercício no TRT da 6ª Região.

LEI Nº 8.112/1990 E ALTERAÇÕES*Rodrigo Bet*

- 19.** Com relação aos conceitos de nomeação, posse e exercício previstos na Lei nº 8.112/1990, escolha a alternativa correta:
- a) Posse é uma hipótese de provimento de cargos públicos.
 - b) A promoção interrompe o tempo de exercício.
 - c) Servidor público é, formalmente, a pessoa nomeada para provimento em cargo público.
 - d) A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.
 - e) Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança e o prazo para entrada em exercício é de 15 dias contados da data da posse.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE*André Rocha*

- 20.** A Resolução CNJ nº 550/2024 alterou a Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. Sobre essa norma, assinale a alternativa correta.
- a) Os órgãos do Poder Judiciário devem implementar plano de compensação ambiental até o ano 2025, a fim de monitorar, reduzir permanentemente e compensar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) resultantes de seu funcionamento.
 - b) Os órgãos do Poder Judiciário devem prestar informações anualmente ao CNJ, dispensando-os de acompanhamento periódico dos indicadores.
 - c) A alimentação do PLS-Jud cabe ao CNJ, que atesta a confiabilidade dos dados repassados.
 - d) Compete às Unidades de Sustentabilidade avaliar e aprovar os relatórios de desempenho do PLS, elaborados pela Comissão Gestora.
 - e) Uma das competências das Unidades de Sustentabilidade é a de monitorar os indicadores e as metas do Plano de Logística Sustentável (PLS).

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS*Ricardo Torques*

- 21.** Em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Criança, os Estados Partes
- a) Estabelecer como dezoito anos como idade mínima para a admissão no trabalho.
 - b) Reconhecem direito da criança de ser protegida contra qualquer tipo de trabalho.
 - c) Garantir que a submissão da criança a trabalho forçado seja plenamente abrangida pelo seu direito criminal ou penal.
 - d) Devem adotar todas as medidas possíveis para impedir que menores de 18 anos de idade participem diretamente de hostilidades.
 - e) Devem garantir que a criança seja registrada imediatamente após seu nascimento e, desde o momento do nascimento, terá direito a um nome, a uma nacionalidade e, sempre, a conhecer seus pais e ser cuidada por eles.
- 22.** A Resolução nº 368/2023 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), institui o programa de equidade, raça, gênero e diversidade no âmbito da justiça do trabalho. Em conformidade com a referida resolução,
- a) O Comitê Gestor Nacional reunir-se-á trimestralmente, em caráter ordinário, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência ou pela Coordenação Nacional do Programa.
 - b) As horas de trabalho dedicadas às atividades inerentes ao Comitê não serão consideradas parte da jornada de trabalho dos(as) servidores(as).
 - c) No Comitê Gestor Nacional do Programa obrigatoriamente deverá haver representação de magistrado LGBTQIAP+.
 - d) Em relação ao Comitê Regional, o mandato terá duração de dois anos, sendo vedada a recondução.
 - e) O programa não se aplica aos terceirizados.

23. Com base no disposto na Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e protocolo facultativo, e, principalmente, as medidas que devem ser adotadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego, considere:

I – O direito às mesmas oportunidades de emprego, inclusive a aplicação dos mesmos critérios de seleção em questões de emprego;

II – O direito à proteção da saúde e à segurança nas condições de trabalho, inclusive a salvaguarda da função de reprodução.

III – O direito à seguridade social, em particular em casos de aposentadoria, desemprego, doença, invalidez, velhice ou outra incapacidade para trabalhar, bem como o direito a férias pagas;

Devem ser assegurados, em condições de igualdade entre homens e mulheres o que consta em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e III, apenas.
- e) I, apenas.

24. Uma das características dos direitos humanos é a relatividade, a qual significa que

- a) Existem normas de direitos humanos que são hierarquicamente superiores no ordenamento internacional.
- b) Os Direitos Humanos decorrem de formação histórica, surgindo e se solidificando conforme a evolução da sociedade.
- c) Não poderão os titulares do direito humano dispor desse direito, ainda que pretendam fazê-lo.
- d) Os Direitos Humanos podem sofrer limitações para adequá-los a outros valores coexistentes na ordem jurídica
- e) Os Direitos Humanos não poderão ser comercializados pela pessoa tutelada por esse direito.

25. Com base convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- a) Pode fazer parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos mais de um nacional de um mesmo Estado.
- b) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos compor-se-á de cinco membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos.
- c) O juiz que for nacional de algum dos Estados-Partes no caso submetido à Corte Interamericana de direitos humanos não poderá conhecer do mesmo.
- d) O quórum para as deliberações da Corte é constituído por quatro juízes.
- e) A Comissão comparecerá em todos os casos perante a Corte.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

26. Ao clicar na Barra de Tarefas do Windows, com o botão direito do mouse, qual das opções abaixo não está disponível no menu suspenso que aparece com essa operação:

- a) Mostrar a área de trabalho
- b) Gerenciador de tarefas
- c) Mostrar botão iniciar
- d) Mostrar botão cortana
- e) Mostrar botão visão de tarefas

27. No Word, temos a opção Selecionar que se encontra na guia Página Inicial, na área Edição. Ao clicarmos sobre ela, qual das opções abaixo NÃO será listada:

- a) Selecionar Tudo
- b) Selecionar Objetos
- c) Selecionar todo o texto com formatação semelhante
- d) Selecionar Parágrafos
- e) Painel de Seleção

28. Sobre as funções do Excel, listadas abaixo, marque a descrição correta:

- a) A função =SUBSTITUIR() → Substitui o texto pelo valor nulo.
- b) A função =MED() → Identifica a média aritmética dos valores selecionados.
- c) A função =ARRUMAR() → Remove espaços desnecessários no texto, e reorganiza as palavras de acordo com uma melhor lógica encontrada.
- d) A função =ARRED() → Arredonda o valor para a quantidade de dígitos existente na célula anterior acima da atual.
- e) A função =AGORA() → Apresenta a data e hora atual.

29. Das letras abaixo, marque aquela que exhibe protocolo que podem ser utilizados para a troca de arquivos entre computadores:

- a) SMTP.
- b) HTTP.
- c) IMAP.
- d) FTP.
- e) IRC

30. O ataque também conhecido como “envenenamento de cache DNS” é o:

- a) Ransomware
- b) Adware.
- c) Phishing
- d) spyware.
- e) Pharming.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

31. João, servidor público, teve seu pedido de licença negado por uma autoridade administrativa. Sentindo-se prejudicado, João tomou ciência oficial da decisão no dia 1º de dezembro. Imediatamente, decidiu recorrer administrativamente, apresentando seu recurso no dia 5 de dezembro. No entanto, a autoridade que negou a licença manteve sua decisão e encaminhou o recurso à autoridade superior, que o recebeu no dia 10 de dezembro. Com base na situação apresentada e nas disposições da Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta:

- a) João apresentou seu recurso fora do prazo legal, uma vez que deveria tê-lo interposto até o dia 4 de dezembro.
- b) a autoridade que negou a licença deveria reconsiderar sua decisão no prazo de dez dias, antes de encaminhá-la à autoridade superior.
- c) salvo previsão legal específica, o recurso de João será analisado em no máximo três instâncias administrativas.
- d) caso o órgão competente não decida o recurso de João até 9 de janeiro, haverá omissão administrativa, uma vez que o prazo de 30 dias é improrrogável.
- e) o recurso de João poderá ser interposto somente mediante caução, devido à natureza do pedido.

32. Com base nos conceitos de revogação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a revogação de um ato administrativo praticado pelo Poder Executivo pode ser realizada por qualquer Poder, inclusive o Judiciário, desde que não interfira na legalidade do ato.
- b) atos administrativos vinculados podem ser revogados desde que a decisão atenda ao interesse público superveniente.
- c) a revogação de um ato administrativo produz efeitos retroativos (*ex tunc*), invalidando os efeitos já realizados pelo ato revogado.
- d) a revogação de um ato administrativo válido, eficaz e discricionário ocorre por juízo de mérito, sendo realizada pela própria Administração.
- e) atos administrativos exauridos podem ser revogados, desde que a decisão seja tomada pela autoridade que editou o ato originalmente.

33. Com base nas disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) sobre a indisponibilidade de bens, assinale a alternativa correta:

- a) a indisponibilidade de bens pode recair sobre valores depositados em caderneta de poupança, desde que sejam inferiores a 40 salários-mínimos.
- b) a decretação de indisponibilidade de bens exige, em todos os casos, a oitiva prévia do réu no prazo de 5 dias.
- c) a indisponibilidade pode incluir bens mantidos no exterior pelo réu, desde que observados os dispositivos legais e os tratados internacionais que amparem essa medida.
- d) a indisponibilidade de bens poderá incidir sobre o bem de família do réu, ainda que não haja indícios de que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida.
- e) a ordem de indisponibilidade de bens não pode priorizar bens móveis em geral, devendo recair diretamente sobre contas bancárias para garantir celeridade e liquidez.

34. A Prefeitura de determinado Município celebrou contrato com uma empresa para aquisição de equipamentos de informática. Durante a execução do processo licitatório, surgiram questionamentos sobre a designação dos agentes responsáveis pelas funções essenciais à licitação e ao contrato. Verificou-se que:

- I – João, membro da equipe de apoio, não é servidor efetivo, mas possui qualificação compatível e certificação profissional emitida por uma escola de governo pública.
- II – O pregoeiro, designado pela autoridade máxima do órgão, acumula também a função de fiscal do contrato.
- III – Paulo, que também é membro da equipe de apoio, é irmão de um dos sócios da empresa vencedora da licitação, que já firmou diversos contratos com o município nos últimos meses.

Com base na Lei nº 14.133/2021 e na situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) João não pode exercer a função de membro da equipe de apoio, por não ser servidor efetivo da administração pública.
- b) a designação de servidor simultaneamente como pregoeiro e fiscal do contrato viola o princípio da segregação de funções, devendo ser designado outro agente para uma das atividades.
- c) o vínculo de parentesco entre Paulo e o sócio da empresa vencedora não impede sua atuação, desde que ele não tenha poder de decisão no certame.
- d) a certificação profissional emitida por uma escola de governo criada e mantida pelo poder público é insuficiente para a designação de agentes de licitação, que devem obrigatoriamente ser servidores efetivos.
- e) o acúmulo de funções de pregoeiro e fiscal do contrato é permitido, desde que não sejam identificados riscos de fraude ou conflito de interesses no processo licitatório.

35. Com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre as alterações nos contratos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a modificação da forma de pagamento no contrato pode ser feita por acordo entre as partes, desde que mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação de pagamento sem correspondente contraprestação.
- b) o contratado é obrigado a aceitar alterações unilaterais no contrato que resultem em acréscimos ou supressões de até 50% do valor inicial atualizado, em qualquer tipo de contrato administrativo.
- c) as alterações unilaterais pela Administração Pública podem transfigurar o objeto da contratação, desde que tecnicamente justificadas.
- d) o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato não é permitido em decorrência de eventos previsíveis, ainda que de consequências incalculáveis.
- e) as alterações contratuais decorrentes de falhas de projeto eximem o responsável técnico de qualquer responsabilidade pelos danos causados à Administração.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

36. Acerca do Poder Judiciário, está INCORRETO o que se afirma em:

- a) Os juízes gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- b) As propostas orçamentárias elaboradas pelos Tribunais podem ser discricionariamente alteradas pelo Poder Executivo.
- c) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de

inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

- e) Compete aos juízes federais o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.

37. Dentre as atribuições do Presidente da República enumeradas na Constituição Federal, algumas poderão ser delegadas aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República e ao Advogado-Geral da União. Indique a alternativa que contenha apenas competência delegável.

- a) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- b) iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- c) remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa.
- d) conferir condecorações e distinções honoríficas.
- e) enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento.

38. A Constituição Federal proíbe o tratamento diferenciado entre brasileiros natos e naturalizados, exceto os casos que prevê taxativamente em seu texto. Dentre tais diferenças estão cargos privativos de brasileiros natos. A respeito do tema, indique a alternativa em os dois cargos devem ser privativos de brasileiros natos.

- a) Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Senador.
- b) Secretário da Câmara dos Deputados e Vice-Presidente da República.
- c) Governador de Território e Presidente da República.
- d) General do Exército e Ministro de Estado da Defesa.
- e) Carreira diplomática e Ministro da Justiça e Segurança Pública.

39. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina processou e julgou originariamente mandado de segurança impetrado contra o Governador do Estado. Sabendo que a decisão foi denegatória, o impetrante, inconformado, em grau de recurso, poderá interpor:

- a) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- e) recurso especial ao Supremo Tribunal Federal.

40. Em relação aos direitos políticos, em conformidade com o estabelecido na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) para concorrer a outros cargos, os Governadores de Estado devem renunciar aos respectivos mandatos até três meses antes do pleito.
- b) são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- c) o militar alistável é elegível e se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
- d) é vedada a cassação de direitos políticos, salvo nos casos de condenação criminal transitada em julgado.
- e) a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até dois anos da data de sua vigência.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

41. Rafael é vendedor externo e possui controle de jornada por meio de um aplicativo fornecido pela empresa, utilizado no smartphone do trabalhador. Ele frequentemente trabalha além da jornada de oito horas diárias, sem o recebimento de horas extras correspondentes. Assinale a alternativa que se encontra de acordo com os preceitos celetistas.

- a) Rafael não tem direito a horas extras, pois é trabalhador externo.
- b) O controle da jornada descaracteriza a condição de trabalho externo para fins de controle de jornada.
- c) Trabalhadores externos nunca têm controle de jornada e, portanto, não recebem horas extras.
- d) Mesmo sem prévio ajuste, o empregador pode compensar o excesso de jornada com folgas semanais.
- e) Rafael deve buscar homologação sindical para ter direito às horas extras.

42. Considere que um empregado, com salário-hora de R\$ 12,00, e jornada de trabalho de 8 horas diárias, não usufruiu seu intervalo intrajornada durante 22 dias úteis do mês. Assinale a alternativa que menciona o valor total que ele deve receber pela supressão do intervalo intrajornada:

- a) R\$ 198,00
- b) R\$ 264,00
- c) R\$ 330,00
- d) R\$ 396,00
- e) R\$ 462,00

43. Analise as afirmativas abaixo a respeito do término do vínculo empregatício:

- I. Se houver a adesão de empregado a Plano de Demissão Incentivada (PDI), será válida a quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, desde que o Plano tenha sido aprovado por negociação coletiva trabalhista.
- II. O pagamento a que fizer jus o empregado poderá sempre ser efetuado em dinheiro, depósito bancário ou cheque visado, em qualquer fase contratual.
- III. A cessação da atividade da empresa exclui o direito do empregado ao aviso prévio.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas a assertiva I está correta.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Apenas a assertiva II está correta.

44. Examine as assertivas abaixo sobre as hipóteses de estabilidade e garantias provisórias de emprego:

- I. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes e assédio, seja titular ou suplente, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.
- II. Os empregados de empresas que tenham sido eleitos diretores de sociedades cooperativas pelos mesmos criadas são destinatários da estabilidade provisória no emprego, com exatamente a mesma proteção assegurada aos dirigentes sindicais.
- III. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de cinco meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

IV. Segundo o TST, as empregadas contratadas sob regime temporário (Lei 6.019/1974) fazem jus à estabilidade prevista no artigo 10, inciso II, alínea 'b', do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas a assertiva I está correta.
- e) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

45. No que se refere à proteção trabalhista às mulheres, assinale a alternativa que CONTRARIA a CLT:

- a) Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação.
- b) É de 60 quilogramas o peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher, para as quais o limite geral será de 20 e de 25 quilogramas, respectivamente, para o trabalho contínuo e ocasional.
- c) A adoção de medidas de proteção ao trabalho das mulheres é considerada de ordem pública, não justificando, em hipótese alguma, a redução de salário.
- d) Durante o período da licença-maternidade, a mulher terá direito ao salário integral e, quando variável, calculado de acordo com a média dos doze últimos meses de trabalho, bem como os direitos e vantagens adquiridos, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava.
- e) Mediante atestado médico, à mulher grávida é facultado romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que este seja prejudicial à gestação.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO*Bruno Klippel*

46. Os atos processuais são os acontecimentos voluntários que ocorrem no processo e dependem de manifestações dos sujeitos do processo. Termo, por sua vez, é a reprodução gráfica do ato processual. Quanto aos prazos, diz-se necessário que os atos processuais caminhem para frente, observando determinadas regras quanto ao tempo. No que diz respeito aos atos, termos e prazos processuais a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

- a) Os atos processuais sempre serão públicos e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.
- b) A penhora poderá realizar-se em domingo, mas não em dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.
- c) Os prazos que vencerem em sábado, domingo ou dia feriado terminarão no primeiro dia seguinte, independentemente de ser dia útil ou não.
- d) Os prazos contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes, não podendo, em nenhuma hipótese, ser prorrogados pelo juiz ou tribunal.
- e) Tratando-se de notificação postal, no caso de não ser encontrado o destinatário ou na hipótese de recusa de recebimento, o Correio ficará obrigado, sob pena de responsabilidade do servidor, a devolvê-la, no prazo de 48 horas, ao Tribunal de origem.

47. Em se tratando de dissídio individual, a norma processual trabalhista prevê, como regra, a realização de audiência UNA, ou seja, em um determinado ato processual será realizada a tentativa de conciliação, a instrução processual e o julgamento. Nesse sentido,

- a) terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, sendo ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver, e após será efetuado o interrogatório dos litigantes.
- b) caso o reclamante não compareça na audiência inaugural, mesmo presente seu advogado, deverá necessariamente ser adiada a sessão.
- c) é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, mas cujas declarações não obrigarão o proponente.
- d) aberta a audiência, o Juiz proporá a conciliação, sendo que se não houver acordo, o reclamado poderá apresentar defesa oral no tempo máximo de 10 (dez) minutos.
- e) deverão estar presentes o reclamante e o reclamado na audiência de julgamento, independentemente do comparecimento de seus representantes.

48. Hércules após quatro anos de contrato de trabalho com a empresa Alfa Beta Engenharia foi dispensado sem receber saldo salarial e verbas da rescisão. Ajuizou reclamação trabalhista, sendo designada audiência UNA (conciliação, instrução e julgamento) após dois meses da distribuição da ação. Ocorre que Hércules sofreu acidente na véspera da audiência, ficando hospitalizado e, portanto, impossibilitado de se locomover até a Vara do Trabalho. Com base nas normas previstas em lei trabalhista, nessa situação,

- a) o advogado de Hércules fará toda a sua assistência em audiência, inclusive com poderes para depor pelo reclamante e realizar demais atos processuais.
- b) o reclamante Hércules poderá fazer-se representar na audiência por outro empregado que pertença a mesma profissão ou pelo Sindicato Profissional.
- c) o processo será arquivado ante a ausência do reclamante, que poderá ajuizar novamente a demanda quando estiver em condições plenas de saúde.
- d) a lei processual trabalhista não prevê a hipótese de substituição de empregado reclamante ausente, razão pela qual fica a critério do Juiz adiar a audiência ou arquivar o processo.
- e) a esposa, companheira ou algum parente até o terceiro grau poderão representar o trabalhador ausente com amplos poderes para inclusive prestar depoimento pelo reclamante.

49. Sobre ônus da prova no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar:

- a) É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.
- b) Presume-se recebida a notificação 48 (quarenta e oito) horas depois de sua postagem. O seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do reclamante.
- c) O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio

da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado.

- d) Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir.
- e) O Juiz pode alterar a distribuição do ônus da prova nos casos concretos, conforme teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova.

50. O artigo 893 da CLT estabelece o cabimento do recurso de revista dentre os recursos em espécie admitidos no processo do trabalho. Com base na Consolidação das Leis do Trabalho e nas Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST, conclui-se:

- a) É cabível recurso de revista adesivo no procedimento sumaríssimo, desde que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- b) No procedimento sumaríssimo, a parte recorrente, para admissibilidade do recurso de revista, deverá demonstrar a violação direta a dispositivo da Lei Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho.
- c) Não se admite recurso de revista fundado tão somente em divergência jurisprudencial, se a parte não comprovar que a lei estadual, a norma coletiva ou o regulamento da empresa extrapolam o âmbito do TRT prolator da decisão recorrida.
- d) No procedimento ordinário, é cabível, como regra geral, recurso de revista calcado em divergência jurisprudencial de aresto oriundo do mesmo Tribunal Regional do Trabalho.
- e) A admissibilidade do recurso de revista interposto de acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença, depende de demonstração inequívoca de ofensa direta à lei federal.

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

51. Celebrado um negócio jurídico viciado por dolo accidental, a parte prejudicada poderá pleitear judicialmente:

- a) a declaração de sua inexistência.
- b) a declaração de sua nulidade.
- c) sua anulação.
- d) a satisfação das perdas e danos.
- e) o reconhecimento de sua ineficácia.

52. Com relação ao direito das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Tratando-se de obrigação de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, salvo por caso fortuito ou força maior.
- b) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.
- c) Havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação divisível, cada um deles terá direito, ou será obrigado, à dívida toda.
- d) Não perde a qualidade indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.
- e) Tratando-se de obrigação solidária, convertendo-se a prestação em perdas e danos, extingue-se a solidariedade.

53. Com relação ao contrato de mandato, assinale a alternativa correta.

- a) O mandato outorgado por instrumento público deve ser substabelecido também por instrumento público.
- b) O mandato pode ser expresso ou tácito, desde que outorgado por instrumento escrito.
- c) O mandato em termos gerais só confere poderes de administração.
- d) Sendo omissa a procuração quanto ao substabelecimento, o procurador só será responsável se o substabelecido proceder dolosamente.
- e) O mandato cessa pela morte do mandatário, mas não pela do mandante.

54. Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a indenização:

- a) será reduzida à metade.
- b) será dividida entre ela e o causador do dano em partes iguais.
- c) será excluída.
- d) será devida integralmente.
- e) será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.

55. João, pai de Lucas, casou-se com Maria, mãe de Adriana. Após o casamento, João, Lucas, Maria e Adriana passaram a conviver sob o mesmo teto. Recentemente, Lucas e Adriana, ambos com 20 e 19 anos, respectivamente, manifestaram o desejo de se casa. O casamento em questão é:

- a) anulável, devendo a ação ser proposta em até 180 dias, a contar da celebração.
- b) anulável, devendo a ação ser proposta em até 3 anos, a contar da celebração.
- c) nulo, podendo a ação ser proposta a qualquer tempo.
- d) sujeito a causa suspensiva, devendo-se observar o regime da separação obrigatória de bens.
- e) válido.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

56. Marilda pretende ajuizar ação monitória com objetivo de exigir do devedor coisa infungível. Sobre o caso narrado e o procedimento a ser adotado, assinale a alternativa correta:

- a) Não será admissível de ser ajuizada em face da fazenda pública.
- b) O réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado de entrega no prazo.
- c) Havendo dúvida quanto à idoneidade de prova documental apresentada pelo autor, o juiz deverá extinguir a demanda de plano.
- d) A oposição de embargos à monitória deve se dar em autos apartados.
- e) Não se admite ação monitória para entrega de coisa infungível.

57. Cláudia, devedora de um cheque de R\$ 3.000,00 (três mil reais), foi citada em ação de execução para pagamento da referida quantia, acrescida de juros e correção monetária. Cláudia pretende parcelar o débito, mas não sabe se isso é possível. A respeito da referida situação, assinale a alternativa correta.

- a) A citação de Cláudia se deu para efetuar o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias.
- b) Não se admite ação de execução de título extrajudicial tendo o cheque por objeto.
- c) Na execução em questão, ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de cinco por cento, a serem pagos pelo executado.
- d) No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, não haverá condenação em honorários.
- e) Admite-se o parcelamento na execução em até 6 (seis) vezes, para além do pagamento inicial de 30% do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado.

58. De acordo com o Código de Processo Civil, a respeito do pedido,

- a) Na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo receberá sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito.
- b) Não pode ser alterado após a citação do réu.
- c) É vedado formular mais de um pedido, alternativamente, para que o juiz acolha um deles.
- d) Não se admite a cumulação de pedidos.
- e) Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas não poderão ser consideradas incluídas no pedido.

59. A respeito da reconvenção:

- a) Independe de conexão com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- b) A desistência da ação obsta o julgamento da reconvenção.
- c) O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.
- d) Não pode ser proposta contra o autor e terceiro.
- e) Não pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

60. No âmbito de recurso especial, fora prolatado acórdão por órgão fracionário que divergiu de julgamento do mesmo tribunal, tratando-se os acórdãos embargados e paradigmas, de análise de mérito. Dentre as alternativas abaixo, assinale o instrumento processual cabível na hipótese:

- a) Agravo de instrumento.
- b) Apelação.
- c) Embargos de divergência.
- d) Reclamação.
- e) Mandado de segurança.

Discursiva

Há tanta informação disponível, mas talvez estejamos nos imbecilizando. Porque nos falta contemplação, nos falta o vazio que impele à criação, nos falta silêncios. Nos falta até o tédio. [...] O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. [...] Ser multitarefa, uma outra dimensão do mesmo fenômeno, é visto como uma capacidade neste momento histórico, uma espécie de ganho evolutivo que tornaria a pessoa mais bem adaptada à sua época. [...] A contemplação é civilizatória. E o tédio é criativo. Mas ambos foram eliminados pelo preenchimento ininterrupto do tempo humano por tarefas e estímulos simultâneos.

Eliane Brum. El País.

A multitarefa não é uma capacidade para a qual só seria capaz o homem na sociedade trabalhista e de informação pós-moderna. Trata-se antes de um retrocesso. A multitarefa está amplamente disseminada entre os animais em estado selvagem. Trata-se de uma técnica de atenção, indispensável para sobreviver na vida selvagem. Um animal ocupado no exercício da mastigação de sua comida tem de ocupar-se ao mesmo tempo também com outras atividades. Deve cuidar para que, ao comer, ele próprio não acabe comido. Ao mesmo tempo tem de vigiar sua prole e manter o olho em seu(sua) parceiro(a). O animal não pode mergulhar contemplativamente no que tem diante de si, pois tem de elaborar ao mesmo tempo o que tem atrás de si. Não apenas a multitarefa, mas também atividades como jogos de computador geram uma atenção ampla, mas rasa, que se assemelha à atenção de um animal selvagem.

Byung-Chul Han, Sociedade do cansaço. Adaptado.

Considerando as ideias apresentadas nos textos e também outras informações que julgar pertinentes, redija uma dissertação em prosa, na qual você exponha seu ponto de vista sobre o tema: **o ócio e a contemplação na era da produtividade multitarefa.**

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
